
Duas décadas de Educomunicação Socioambiental: tendências de práticas sociais em interface com outros campos¹

Felipe Gustavo Guimarães SALDANHA²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Este artigo objetiva identificar as mais recentes tendências de intervenção social da Educomunicação Socioambiental e os aportes teóricos provenientes de relatos produzidos sobre elas. Procedeu-se com análise documental sobre o conteúdo disponibilizado no site da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom) e posterior pesquisa bibliográfica para aprofundamento. O texto aborda os precursores, a sistematização e a consolidação do conceito. Na sequência, apresenta as quatro tendências identificadas: (i) nos ecossistemas costeiros e marinhos; (ii) em articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; (iii) em interface com a Divulgação Científica; e (iv) em interface com o campo da Comunicação e Saúde. Por fim, constata a diversidade epistêmica que tem caracterizado essas práticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento sustentável; Educação Ambiental; Educomunicação Socioambiental; intervenção social; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A palavra “crise” pode soar hiperbólica ou banalizada, mas ainda ajuda a traduzir a gravidade dos fenômenos que ameaçam a sociedade. De um lado, está a crise de desinformação causada pela difusão via mídias sociais de conteúdos que, em vez de se basear em evidências, prezam por reforçar as crenças dos seus interlocutores, mesmo que sejam distorcidos, inventados ou mal-intencionados. Esses conteúdos, popularmente conhecidos como “notícias falsas” ou “*fake news*”, não são inéditos, mas têm como novidade a escala global, como explicam Wardle e Derakshan (2017).

De outro lado, está a crise ambiental decorrente da ação antrópica, que tem no clima sua faceta mais crítica e cujos efeitos e causas têm sido reiteradamente confirmados por cientistas, em especial pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM/ECA/USP). Mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela UFU. Bolsista da CAPES. E-mail: fgsaldanha@gmail.com.

(IPCC), que em seu relatório mais recente afirma, com alto grau de confiança: “As mudanças climáticas induzidas pelo homem, incluindo eventos extremos mais frequentes e intensos, causaram impactos adversos generalizados e perdas e danos relacionados à natureza e às pessoas [...]” (IPCC, 2022, p. 11, tradução nossa), devido à pressão sobre sistemas naturais e humanos para além de sua capacidade de adaptação.

Não apenas as duas crises estão inter-relacionadas – a resistência às ações de combate às mudanças climáticas, por exemplo, são fortemente influenciadas pela desinformação – como, mais recentemente, a COVID-19 intensificou e revelou um aspecto ainda mais letal dessa combinação. Como afirma Boaventura de Sousa Santos (2020, p. 31), a ordem capitalista e as agressões ao meio ambiente que conduziram à pandemia podem conduzir a outras catástrofes, a não ser que surja “uma viragem epistemológica, cultural e ideológica que sustente as soluções políticas, econômicas e sociais que garantam a continuidade da vida humana digna no planeta”.

A Educomunicação Socioambiental, prestes a completar duas décadas do início de sua sistematização, se coloca como uma aliada crucial para contribuir com essa viragem. Nesse sentido, o presente artigo objetiva identificar as tendências de intervenção social mais recentes que compõem este espaço de aplicação da Educomunicação e quais aportes teóricos provêm dos relatos produzidos sobre elas. A metodologia utilizada foi a de análise documental (MOREIRA, 2005), com posterior pesquisa bibliográfica (STUMPF, 2005) para aprofundamento dos assuntos levantados. O *corpus* foi constituído pelo conteúdo disponibilizado no site da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom)³, mais especificamente textos publicados na seção “Notícias” e livros disponibilizados na área “Publicações”. Esse material, publicado ao longo de cerca de dez anos, foi representativo o bastante para a identificação, ainda que não exaustiva, de alguns movimentos que têm contribuído para a práxis educacional socioambiental – ou seja, para atualizar os fundamentos epistemológicos da Educomunicação Socioambiental a partir de práticas sociais.

PRECURSORES E SISTEMATIZAÇÃO

As bases para o surgimento da Educomunicação Socioambiental como conceito formal se estabelecem a partir de políticas públicas e ações socioculturais que foram

³ Disponível em: <http://abpeducom.org.br/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

sendo construídas principalmente a partir da segunda metade do século XX. Como se nota pela sua própria terminologia, remetem à confluência de dois fenômenos: de um lado, a Educação Ambiental (EA) e, de outro, a Educomunicação.

Como observa Isabel Carvalho (2008), a EA nasce do encontro da preocupação ambiental na sociedade com uma educação que tem passado a se mostrar mais sensível aos movimentos sociais e acontecimentos socioculturais, incluindo a educação de gênero ou a educação para os Direitos Humanos. Em nível global e político, a consolidação dos princípios, estratégias e funções da Educação Ambiental deve-se especialmente a uma série de encontros globais articulados pela Organização das Nações Unidas (ONU) que tomaram lugar em Estocolmo, em 1972; Belgrado, 1975; Tbilisi, 1977; e Rio de Janeiro, 1992. Dentre esses, a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (de 1977) dedicou uma de suas recomendações, a de número 20, especificamente ao reconhecimento da importância dos meios de comunicação social para a educação formal e não formal (SÃO PAULO, 1994).

A despeito desse alinhamento institucional da EA em nível internacional, não se deve perder de vista que práticas diversas e conflituosas se abrigam sob esta denominação, ainda segundo Carvalho (2008, p. 147), que alerta para as “muitas divergências e disputas entre diferentes pontos de vista sobre o que fazer, sobre como gerir as questões ambientais, sobre que interesses devem prevalecer na complexa negociação entre os diversos grupos sociais [...]”.

Também ao longo das últimas décadas do século XX, a Educomunicação começava a se firmar na América Latina como abordagem original da interface entre Comunicação e Educação. Para Ismar Soares (1999, p. 32), sua gênese remonta aos projetos de leitura crítica da mídia influenciados por Paulo Freire e desenvolvidos “fundamentalmente à margem dos sistemas educativos, originando-se nos bairros, nos subúrbios e nas comunidades camponesas, sob os auspícios de instituições voltadas para a educação e a cultura popular”.

Em 1999, acontecem dois marcos para o entrecruzamento entre EA e Educomunicação: é sancionada a Lei nº 9.795, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (BRASIL, 1999), e é publicado o relatório de pesquisa do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP) que, a partir de dados coletados junto a especialistas e agentes culturais, lançou a definição

teórica do campo da Educomunicação e delimitações iniciais de suas áreas de intervenção (SOARES, 1999).

Em 2002, a PNEA é regulamentada pelo Decreto nº 4.281, que estabelece um órgão gestor compartilhado pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Educação (MEC). No ano seguinte, delegados da I Conferência Nacional de Meio Ambiente encaminham ao governo federal moção de demanda pela elaboração de uma política de comunicação ambiental. Também em 2003, a segunda⁴ versão do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), publicada pelo Órgão Gestor do PNEA, define “Comunicação para educação ambiental” como uma de suas linhas de ação⁵ (BRASIL, 2002; 2003; 2005a).

Em 2004, na busca por sistematizar a citada linha, o mesmo órgão institui o Programa de Educomunicação Socioambiental, objeto de debate de uma oficina nacional promovida pelo MMA naquele ano. As discussões, que tiveram a participação de membros do NCE/USP, resultaram em um primeiro documento encaminhado para consulta pública no ano seguinte (BRASIL, 2005b). Ainda em 2004, durante o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, realizado em Goiânia, é criada a Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental (Rebeca), conforme relata Laura Martirani (2008).

Finalmente, em 2008, ao fim da consulta pública, o MMA publica a versão final do texto-base sobre Educomunicação Socioambiental (BRASIL, 2008). Este documento adota o conceito de Educomunicação sistematizado pelo NCE, bem como cita Paulo Freire, Mario Kaplún e outros autores reconhecidos pelo núcleo de pesquisa como fundamentais para o campo. O texto-base propõe princípios, linhas de ação, meios de implementação (diagnósticos, pesquisas, articulação de bases virtuais de ação, apoio ao planejamento e gestão de programas, entre outros) e campos de aplicação – EA popular, não formal e informal; políticas públicas e movimentos sociais; educação formal; educação difusa e meios de comunicação de massa; gestão ambiental pública.

No material, a expressão Educomunicação Socioambiental é definida como o “conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos

⁴ Uma primeira versão do programa foi criada pela Presidência da República em 1994. O programa foi reinstituído pelo MMA com a aprovação da PNEA, em 1999. A segunda versão do programa, publicada em 2003, foi colocada em consulta pública (BRASIL, 2003). A terceira versão, consolidada, foi publicada dois anos depois (BRASIL, 2005b).

⁵ As demais linhas de ação eram: “Gestão e planejamento da educação ambiental no país”; “Formação de educador@s ambientais”; “Formação ambiental continuada e inicial de professores”; e “Monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos de educação ambiental”.

comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo” (BRASIL, 2008, p. 10). Diferencia-se de outras abordagens pela ênfase no acesso à participação e gestão dos meios de comunicação, e não apenas no acesso à informação. Já a opção pelo termo “socioambiental” no lugar de “ambiental” seguia a diretriz do ProNEA, que também buscava privilegiar essa formulação por entender ser necessário enfatizar a articulação entre ambas as dimensões (BRASIL, 2005b).

CONSOLIDAÇÃO

Ismar Soares (2017) aponta que alguns autores consideram a Educomunicação Socioambiental como uma das áreas de intervenção da Educomunicação, enquanto outros afirmam que seria um espaço de aplicação para desenvolvimento de ações ligadas às demais áreas. A própria notoriedade dessa divergência teórica enfatiza a relevância que o conceito adquiriu, evidenciada pela sua consolidação como política pública em diversos territórios brasileiros e como objeto de pesquisa científica.

Em nível nacional, o Ministério do Meio Ambiente manteve ações estratégicas ligadas à linha de ação “Comunicação para educação ambiental” do ProNEA sob a perspectiva da Educomunicação, como o “COLECIONA: fichário d@ EducadorAmbiental” (material especializado em informações sobre Educação Ambiental e Educomunicação), o “Circuito Tela Verde: Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente” (com seleção regular de vídeos e parceria com espaços exibidores), o “Nas Ondas do São Francisco” (produção de spots de rádio pelas comunidades da bacia hidrográfica do São Francisco), entre outras (BRASIL, 2020).

A Educomunicação no contexto da Educação Ambiental aparece também em outros documentos e estratégias do MMA, como o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF), e do MEC, como o Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, conforme apontam Beatriz Alves e Claudemir Viana (2021). Em nível estadual, os autores pontuam que a Educomunicação passa a se fazer presente nas políticas de EA de seis unidades federativas⁶, a partir de 2007, sob influência do programa do Ministério do Meio Ambiente. Ademais, observam que, embora alguns documentos proponham diretrizes e instrumentos mais pontuais, a tendência é de integração da Educomunicação como linha ou área temática dos programas ou planos estaduais de Educação Ambiental.

⁶ Segundo o levantamento da autora, são eles: São Paulo (2007), Espírito Santo (2009), Sergipe (2010), Bahia (2011), Paraná (2013) e Alagoas (2016).

Já no âmbito científico, ainda segundo a pesquisa de Alves e Viana (2021), são identificados 30 trabalhos de pós-graduação (teses e dissertações) que abordam a temática, publicados entre 2006 e 2016, em 20 instituições de ensino superior. O foco dessas produções se divide entre: a EA no ensino formal; a comunicação ambiental; a gestão ambiental; a EA não formal; a percepção ambiental; e as políticas públicas de EA.

Igualmente na esfera acadêmica, a Licenciatura em Educomunicação da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP oferece, desde 2014, a disciplina “Educomunicação Socioambiental”, que busca preparar os estudantes para se tornar professores de comunicação e consultores na área. O programa da disciplina aborda a gestão ambiental, o desenvolvimento sustentável e a elaboração de projetos e produtos voltados à comunidade universitária e à sociedade em geral (USP, [2014]).

MÚLTIPLAS MANIFESTAÇÕES

É na alçada das ações realizadas por movimentos sociais ao longo da última década, conforme revela o levantamento realizado no acervo da ABPEducom, que a Educomunicação Socioambiental desenvolve complexidade e capilaridade nas diferentes regiões do Brasil. Algumas dessas manifestações se afastam do referencial teórico estabelecido pelo programa implantado pelo MMA a partir de 2004, mas todas elas assumem explicitamente o conceito da Educomunicação, bem como dialogam com fundamentos da Educação Ambiental.

Em que pesem as limitações do *corpus*, o levantamento aponta para quatro tendências da Educomunicação Socioambiental verificadas nos projetos mais recentes:

- a) nos ecossistemas costeiros e marinhos;
- b) em articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁷;
- c) em interface com a Divulgação Científica (DC)⁸; e
- d) em interface com o campo da Comunicação e Saúde (C&S)⁹.

⁷ Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas constituintes de um plano de ação que envolve 5 Ps – Pessoas, Planeta e Prosperidade, buscando fortalecer a Paz universal com atuação em Parceria colaborativa – a ser plenamente implementado ao longo dos 15 anos seguintes (ONU, 2015).

⁸ A DC tem a função de democratizar o acesso ao conhecimento científico, por meio dos mais variados canais, e contribui para incluir os cidadãos não iniciados no debate sobre temas especializados (BUENO, 2010).

⁹ Para Inesita Araújo e Janine Cardoso (2007), trata-se de campo próprio emergente da interface entre as duas áreas, que vai de encontro à visão instrumental da comunicação a serviço da saúde e se articula mais diretamente com o estudo dos processos de intervenção social, adotando o conectivo “e” para enfatizar uma opção teórica e política.

Com relação ao primeiro ponto – *ecossistemas costeiros e marinhos* –, destaca-se como projeto pioneiro o Babitonga Ativa¹⁰, realizado entre 2015 e 2019, no litoral norte de Santa Catarina, pela Universidade da Região de Joinville (Univille), com recursos do Ministério Público Federal provenientes de ajustamento de conduta originado de multa ambiental, como relatado por Fabiano Carvalho et al. (2019). A Educomunicação Socioambiental se fez presente na iniciativa especialmente por meio da “implantação da Agenda Integrada de Ecocidadania (AIE), instrumento de planejamento participativo que busca a convergência progressiva das políticas públicas e ações interinstitucionais de Educação Ambiental na região” (CARVALHO et al., 2019, p. 281-2).

No âmbito da AIE, foram realizados: Ciclos de Educomunicação Audiovisual, com públicos locais que se envolveram em exercícios de escrita de roteiro e expressão audiovisual; um ciclo de oficinas sobre Educomunicação Socioambiental como prática pedagógica transformadora, durante a Formação Continuada em Ecocidadania (FCE) com participação de comunidades escolares e seus entornos; e o 1º Encontro Regional de Educomunicação da Baía Babitonga, que reuniu professores, universitários e cidadãos. Ao refletir sobre o programa, Carvalho et al. (2019, p. 298) afirmam que o audiovisual – ao que poderiam ser acrescentadas as demais linguagens midiáticas, numa perspectiva educacional – “é um instrumento poderoso na promoção da reflexão sobre temas de importância para a sociedade e para educar seus participantes para o fazer coletivo”. Quanto às fragilidades do projeto, os autores apontam que se configurava como ação pontual não associada a uma política pública continuada para a região.

Ainda no tocante aos ecossistemas costeiros e marinhos, indica-se o Painel Brasileiro para o Futuro do Oceano (PainelMar), plataforma colaborativa multissetorial de indivíduos e organizações, que foi concebido a partir de 2012, lançado em 2015 e cujas ações começaram a ser operacionalizadas, a partir de 2019, por meio do programa Horizonte Oceânico Brasileiro (HOB). A iniciativa, que enfatiza o protagonismo de profissionais em início de carreira para atuação na interface entre conhecimento e políticas públicas, é constituído por três ciclos de pesquisa-ação (com conclusão prevista para 2022) compostos por seminários, durante os quais times elaboram planos de ação que são implementados no período entre tais seminários (GERHARDINGER, 2020).

¹⁰ O projeto recebeu esse nome por ser desenvolvido na baía da Babitonga, microbacia hidrográfica rodeada por remanescentes de Mata Atlântica que abriga 80% dos manguezais catarinenses, segundo afirma Patrícia Zimmermann (2019), que redigiu dissertação sobre o Babitonga Ativa.

No HOB, a Educomunicação Socioambiental Costeira e Marinha dá nome a um dos times de pesquisa-ação¹¹ e também é eixo transversal para a implementação das ações previstas pelo programa. Em 2020, o referido time publicou, no relatório produzido pelo programa, os resultados de um levantamento preliminar de agentes educadores socioambientais costeiros e marinhos no Brasil. A pesquisa mostrou que a maior parte deles é de organismos do terceiro setor, seguidos por iniciativas privadas e universidades. Entre as temáticas por eles trabalhadas, estão políticas públicas, pesca sustentável, poluição dos oceanos por resíduos sólidos, curiosidades e conservação de espécies de fauna marinha, entre outras (SILVEIRA, 2020).

O segundo relatório, publicado em 2021, evidencia a absorção do conceito de Educomunicação pelos demais times de pesquisa-ação, a começar pelo subtítulo do próprio relatório (“Educomunicando em Redes”) e exemplificada também pela realização de eventos com mediação educadora e oficinas de cobertura colaborativa, produção de materiais em diversas linguagens visuais e protagonismo na gestão de equipes multidisciplinares. Nesse sentido, o time de Educomunicação direcionou suas ações para a formação das demais redes, por meio da oferta do curso online “Educomunicação Socioambiental na Prática: Saberes para a Mobilização em Rede” e da publicação de um e-book com dicas para comunicação interna (PAINELMAR, 2021).

A segunda tendência da Educomunicação Socioambiental identificada em nosso levantamento – a *articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* – se materializa, especialmente, no trabalho desenvolvido pela rede municipal de educação de São Paulo (SP). A cidade integrou os ODS ao seu currículo¹², sustentando-se nos princípios da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)¹³. Sob essa influência, diversas escolas da rede desenvolveram projetos voltados para os ODS, em

¹¹ Os demais times são: Mandato Coletivo; Redes de Aprendizagem Internacionais; Justiça Socioambiental; Planejamento Espacial Marinho; Governança e Política Internacional; Pesca Sustentável; e Estressores Ecológicos e Cenários Futuros.

¹² Em 2017, foi lançado o novo Currículo da Cidade, documento que atualiza as orientações curriculares do município de São Paulo para que se alinhem à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e que, pela primeira vez, levou em consideração a opinião dos estudantes (SÃO PAULO, 2017).

¹³ A EDS “pode ser conceituada como uma educação que contribui para que as pessoas pensem criticamente, identificando elementos insustentáveis em suas vidas e na sociedade, e ajam por mudanças sociais e ambientais positivas” (UNESCO, 2020, p. 36). Relaciona-se diretamente com o ODS 4 (“Educação de qualidade”) e indiretamente com os demais ODS.

especial no âmbito do Programa Imprensa Jovem¹⁴, fundamentado nos princípios da Educomunicação e que tem “o objetivo de desenvolver ações que promovam o protagonismo infantil e juvenil, o direito à comunicação e à liberdade de expressão por meio, inclusive, da apropriação de recursos midiáticos de aprendizagem” (SÃO PAULO, 2016, p. 9). Maria Rehder (2020) relata alguns desses projetos: mural grafitado com conteúdo multimídia sobre os ODS acessível por meio de *QR codes*; trilhas no interior de unidades de conservação com discussão sobre mudanças climáticas e produção de vídeos; produção de animações *stop motion* com temas ligados aos ODS; além de outras propostas que, embora não necessariamente executadas, foram apresentadas em RAEs (Roteiros de Atividade Educomunicativa) criados como trabalho de conclusão dos cursos ofertados para educadores pelo Núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de Educação (SME/SP).

Destacam-se, ainda, as produções audiovisuais sobre os ODS elaboradas por estudantes e professores dos Ensinos Infantil e Fundamental que participaram da sétima oferta do curso “Imprensa Jovem Online – Telejornalismo” e que foram disponibilizadas em mapa georreferenciado reunindo os conteúdos de todas as unidades escolares participantes (LIMA; SANTOS; SOARES, 2020). Também foi oferecida, em 2020, a formação “Imprensa Jovem Online – Estudante Mediador dos ODS”, na modalidade remota. Ministrado ao longo de oito semanas pelo Núcleo de Educomunicação em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o curso formou 200 pessoas, entre professores e estudantes, orientado pelos princípios da Alfabetização Midiática e Informacional e dos ODS. A iniciativa resultou em produções midiáticas de intervenção comunitária, elaboradas e distribuídas pelos próprios participantes, voltadas para os temas da Comunicação e Educação em Saúde e do combate à desinformação (FERREIRA, 2021).

A terceira tendência da Educomunicação Socioambiental aqui identificada – isto é, a *interface com a Divulgação Científica* – aparece na prática educacional de produção de videoclipe ambiental, desenvolvida por Vânia Beatriz Vasconcelos de Oliveira, pesquisadora do Centro de Pesquisa Agroflorestal de Rondônia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Rondônia). Segundo relata a idealizadora

¹⁴ A origem do Imprensa Jovem, coordenado pelo Núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de Educação, remete ao Programa Educom.rádio – Educomunicação pelas Ondas do Rádio, proposta pioneira de Educomunicação na educação formal, desenvolvida na rede municipal de São Paulo pelo NCE/USP entre 2001 e 2004 (HORTA, 2007).

(OLIVEIRA, 2010), a prática foi inicialmente desenvolvida em uma escola de Porto Velho (RO) em 2008, no âmbito do projeto Com.Ciência Florestal, iniciativa da Embrapa Rondônia voltada à divulgação de resultados de pesquisa junto à sociedade em geral. Baseando-se na abordagem dialógica de Bakhtin, a autora propõe uma metodologia no formato de oficina que associa o discurso científico – gerado pela pesquisa agropecuária e agroflorestal – ao discurso literário, com vistas à sensibilização ambiental dos participantes e à mobilização da sociedade para a ação cidadã.

Desde então, a atividade foi replicada com produtores organizados de reservas extrativistas, educadores ambientais, alunos dos Ensinos Fundamental e Médio de escolas públicas e estudantes universitários da área da Comunicação Social. O foco tem sido em promover a valorização do produtor extrativista de produtos florestais não madeireiros, como a castanha, cuja atividade é considerada sustentável. A oficina se desenvolve com base em três elementos: a audição e análise textual e crítica de uma música produzida por artista da região amazônica (discurso literário) portadora de discurso ambiental; a construção de uma narrativa audiovisual no formato de videoclipe, associando-se imagens à referida música; e a prática educacional socioambiental caracterizada pela interação dialógica entre os participantes (OLIVEIRA, 2015).

Finalmente, a quarta tendência da Educomunicação Socioambiental identificada no levantamento – a *interface com o campo da Comunicação e Saúde* – teve, como principal lugar de aplicação, o trabalho do Núcleo Regional da ABPEducom em Lins, em torno de dois movimentos: a ação educacional na Vigilância Ambiental em Saúde e a articulação com a Saúde Planetária. O primeiro movimento se insere no contexto do projeto Educom.Saúde-SP, realizado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP), que tem o objetivo de capacitar funcionários públicos da área da saúde para incorporar a Educomunicação, suas práticas e princípios nas ações de mobilização social para o enfrentamento das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, conforme relatam Ismar Soares, Claudemir Viana e Irma Neves Ferreira (2021). Ainda segundo os autores, a primeira edição do programa, em 2019, atendeu cerca de 200 profissionais provenientes de 80 municípios com mais de 100 mil habitantes. Por meio de encontros presenciais e formação a distância, os cursistas foram levados a se organizar em grupos, reunidos por afinidade ou proximidade territorial, com vistas a construir um Plano Conjunto de Ação Educomunicação em Saúde (PCA), que deveria contar ainda com o apoio de uma rede colaborativa formada por lideranças das próprias comunidades atendidas.

As cursistas daquela edição do município de Lins mobilizaram, então, o Comitê Linense de Vigilância Ambiental em Saúde (COLVAS)¹⁵ para compor essa rede colaborativa, que por sua vez nomeou um grupo de trabalho (GT) especialmente para atender essa demanda, como relata Joelita Rocha (2020). Junto a esse GT, foi promovido um Laboratório de Inovação com o objetivo de levantar reflexões para a construção do PCA. Como resultado, as cursistas sistematizaram um plano que contemplou a promoção de formações e eventos, bem como o desenvolvimento de mídias por crianças, jovens e suas famílias. Embora a pandemia de COVID-19 tenha comprometido a plena consecução do PCA a partir de 2020, algumas ações puderam ser executadas com o apoio da ABPEducom Lins, como a organização da Agência Jovem de Notícias de Lins (AJNL) e a publicação do Jornal dos Coletores de Material Reciclável do Bairro Bom Viver, com envolvimento e participação de coletores e moradores locais (COMUNICAÇÃO ABPEDUCOM, 2021).

O segundo movimento do Núcleo Regional de Lins começou a se estabelecer a partir de 2021, quando associados ligados ao grupo se tornaram Embaixadores Nacionais de Saúde Planetária, no âmbito do programa criado pelo Grupo de Estudos em Saúde Planetária do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP)¹⁶.

O conceito de Saúde Planetária pode ser entendido como:

[...] a conquista do mais alto padrão atingível de saúde, bem-estar e equidade em todo o mundo por meio da atenção criteriosa aos sistemas humanos – político, econômico e social – que moldam o futuro da humanidade e os sistemas naturais da Terra que definem os limites ambientais seguros dentro dos quais a humanidade pode florescer (WHITMEE, 2015, p. 1978, tradução nossa).

Nota-se, assim, que as experiências desenvolvidas com o apoio da ABPEducom Lins na articulação entre Educomunicação Socioambiental e Vigilância Ambiental em Saúde podem servir como referência e inspiração para futuras ações dos educadores no espaço da Saúde Planetária.

¹⁵ O COLVAS é um órgão municipal composto por 20 membros provenientes do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada, com “o objetivo de proteger e melhorar o meio ambiente e promover a saúde humana, com ações específicas e integradas de enfrentamento dos determinantes socioambientais e [...] dos agravos decorrentes da exposição humana a ambientes adversos, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população sob a ótica da sustentabilidade” (LINS, 2012, p. 1).

¹⁶ Mais informações disponíveis em: <https://abpeducom.org.br/nucleo-regional-de-lins-da-abpeducom-inicia-2021-com-projetos-educomunicativos/> e <https://abpeducom.org.br/associada-da-abpeducom-torna-se-embaixadora-do-programa-brasileiro-de-saude-planetaria/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos que vêm se estabelecendo nos últimos anos sob a égide da Educomunicação Socioambiental podem se referir direta ou apenas indiretamente ao conceito, mas guardam em comum tanto o foco na indissociabilidade entre as questões sociais e ambientais quanto a procura pelo diálogo com outras áreas do conhecimento que ajudem a dar conta da complexidade dos fenômenos envolvidos – de modo semelhante ao que ocorreu na gênese da própria Educomunicação, concebida a partir da interface entre dois macrocampos e outras áreas afins.

Como pontuado anteriormente, as tendências relatadas no presente artigo representam apenas parte das práticas sociais que têm sido desenvolvidas nesse espaço de aplicação. O site da ABPEducom, que serviu como acervo para este levantamento, tem periodicamente veiculado atualizações sobre a temática da Educomunicação Socioambiental e de vertentes relacionadas a ela¹⁷. A título de exemplo, destacam-se o *e-book* “Educomunicação, Transformação Social e Desenvolvimento Sustentável”, organizado por Soares, Viana e Prandini (2020), que dedica uma seção inteiramente ao tópico “Meio Ambiente”, e as transmissões ao vivo (*lives*) no canal da Associação no YouTube¹⁸, que incluem igualmente debates sobre o assunto em questão.

Por fim, acredita-se que, no plano científico, essas discussões seguirão tendo espaço privilegiado dentro da pesquisa na área (em especial após a promoção do Encontro Brasileiro de Educomunicação com tema intrinsecamente ligado à Educomunicação Socioambiental¹⁹), dada a diversidade epistêmica que tem caracterizado as práticas de intervenção social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Beatriz Truffi; VIANA, Claudemir Edson. Interface entre Educomunicação e Educação Ambiental nas políticas públicas e em teses e dissertações brasileiras. In: COSTA, Rafael Nogueira et al. **Imaginamundos: Interfaces entre educação ambiental e imagens**. Macaé: Editora NUPEM, 2021. p. 108-136.

¹⁷ As principais notícias que abordam o tema no referido site estão disponíveis em: <https://abpeducom.org.br/category/educucomunicacao-socioambiental/>. Acesso em 20 jul. 2022.

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/abpeducom>. Acesso em: 20 jul. 2022.

¹⁹ O IX Encontro Brasileiro de Educomunicação tem como tema “Práticas Sociais e Tecnológicas pelos Direitos Humanos e Direitos da Terra” e realização prevista para novembro de 2022. (Disponível em: <https://abpeducom.org.br/ixeducom>. Acesso em: 5 ago. 2022.)

ARAÚJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine Miranda. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 7 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 7 jul. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. [2. ed.] Brasília, 2003.

BRASIL. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. **Programa de Educomunicação Socioambiental**. Brasília, 2005a. (Série Documentos Técnicos, n. 2).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. 3. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental. **Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação**. Brasília: MMA, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programas, projetos e ações**. [Brasília, 2020.] Disponível em: <https://web.archive.org/web/20220409091627/https://antigo.mma.gov.br/educacao-ambiental/programas-projetos-e-a%C3%A7%C3%B5es.html>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 1-12, 2010.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, Fabiano Grecco de et al. Educomunicação socioambiental na costa brasileira: a experiência do projeto Babitonga Ativa. In: FERREIRA, Bruno de Oliveira; HASLINGER, Evelin; XAVIER, Jurema Brasil. **Práticas Educomunicativas**. São Paulo: ABPEducom, 2019, p. 281-302.

COMUNICAÇÃO ABPEDUCOM. Núcleo Regional de Lins da ABPEducom inicia 2021 com projetos educacionais. In: ABPEDUCOM. São Paulo, 16 mar. 2021. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/nucleo-regional-de-lins-da-abpeducom-inicia-2021-com-projetos-educacionais/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FERREIRA, Bruno. Como a educomunicação ajudou estudantes a refletir sobre desigualdades e resiliência durante a pandemia. In: BASE EDUCOM. **Anuário 2020**. São Paulo, 22 maio 2021. Disponível em: <https://baseeducom.com.br/blog/como-a-educacao-ajudou-estudantes-a-refletir-sobre-desigualdades-e-resiliencia-durante-a-pandemia>. Acesso em: 3 ago. 2021.

-
- GERHARDINGER, Leopoldo Cavaleri et al. Ampliando o horizonte da governança inclusiva para o desenvolvimento sustentável do oceano brasileiro. In: PAINELMAR. **I Volume Horizonte Oceânico Brasileiro: ampliando o horizonte da governança inclusiva para o desenvolvimento sustentável do oceano brasileiro.** [S.l.], 2020. p. 7-13.
- HORTA, Patricia Alves. **Educom.rádio: uma política pública em educomunicação.** 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- IPCC. Summary for Policymakers. In: IPCC. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** Gênova: Cambridge University Press, 2022.
- LIMA, Carlos Alberto Mendes de; SANTOS, Isabel Pereira dos; SOARES, Maria Salete Prado. Programa Imprensa Jovem e a educação midiática na rede municipal de São Paulo. In: CETIC.BR. **TIC Educação 2019: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras.** São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. p. 137-145.
- LINS. **Lei nº 5.667, de 5 de junho de 2012.** Institui o Comitê Linense de Vigilância Ambiental em Saúde – COLVAS e dá providências correlatas. Lins: Prefeitura Municipal de Lins, 2012. Disponível em: <http://200.171.219.2:5859/Sino.Siave/Documentos/Documento/54965>. Acesso em: 19 jul. 2022.
- MARTIRANI, Laura Alves. Comunicação, educação e sustentabilidade: o novo campo da educomunicação socioambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., Natal, 2008. **Anais [...].** São Paulo: Intercom, 2008.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.
- OLIVEIRA, Vânia Beatriz Vasconcelos de. **Metodologia de produção de videoclipes com o uso de música amazônica para a educomunicação científica e ambiental.** Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2010. (Série Documentos, n. 139).
- OLIVEIRA, Vânia Beatriz Vasconcelos de. Dialogismo na prática educacional de produção coletiva de videoclipe ambiental. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE COMUNICAÇÃO, 14., 2015, São Paulo. **Anais [...].** São Paulo: ECA/USP, 2015.
- ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova York, 25 set. 2015.
- PAINELMAR. **II Volume Horizonte Oceânico Brasileiro: Educomunicando em Redes.** [S.l.], 2021.
- REHDER, Maria. Sem deixar ninguém para trás! **Magistério**, São Paulo, n. 10, p. 43-49, 2020.
- ROCHA, Joelita Palmeira. **Educomunicação a serviço da mobilização de agentes de saúde para a implantação de diretrizes educativas de vigilância em saúde no estado de São Paulo: relato de experiência.** 2020. 16 f. Monografia (Especialização) – Pós-Graduação em Gestão de Políticas de Assistência Social, Centro Universitário de Lins, Lins, 2020.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. **Educação ambiental e desenvolvimento: documentos oficiais.** São Paulo: A Secretaria, 1994.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Portaria nº 7.991, de 13 de dezembro de 2016. Define normas complementares e procedimentos para a implementação do “Programa Imprensa Jovem”, e dá outras providências. **Diário Oficial da Cidade:** São Paulo, ano 61, n. 233, p. 9, 14 dez. 2016.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da Cidade:** Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. São Paulo: SME/COPED, 2017.

SILVEIRA, Isabelle da. Educomunicação socioambiental na zona costeira e marinha. In: PAINELMAR. **I Volume Horizonte Oceânico Brasileiro:** ampliando o horizonte da governança inclusiva para o desenvolvimento sustentável do oceano brasileiro. [S.l.], 2020. p. 35-55.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação: A emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Contato**, Brasília, n. 2, p. 19-74, jan./mar. 1999.

SOARES, Ismar de Oliveira. Plano de leitura e de pesquisa. In: SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; XAVIER, Jurema Brasil (org.). **Educomunicação e suas áreas de intervenção:** Novos paradigmas para o diálogo intercultural. São Paulo: ABPEducom, 2017. p. 14-18.

SOARES, Ismar de Oliveira Soares; VIANA, Claudemir Edson; PRANDINI, Paola Diniz. **Educomunicação, Transformação Social e Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo: ABPEducom, 2020.

SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; FERREIRA, Irma Teresinha Rodrigues Neves. Educomunicação nas políticas públicas de saúde no estado de São Paulo: Projeto Educom.Saúde-SP em tempos de COVID-19. **Boletim Epidemiológico Paulista**, São Paulo, v. 18, n. 208, p. 22-31, abr. 2021.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A cruel pedagogia do vírus.** São Paulo: Boitempo, 2020.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005. p. 51-61.

UNESCO. **Educação para o desenvolvimento sustentável na escola:** caderno introdutório. Brasília, 2020.

USP. Escola de Comunicações e Artes. **Disciplina: CCA0320 - Educomunicação Socioambiental.** [São Paulo, 2014].

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information Disorder:** Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Estrasburgo: Council of Europe, 2017.

WHITMEE, Sarah et al. Safeguarding human health in the Anthropocene epoch: report of The Rockefeller Foundation – Lancet Commission on planetary health. **The Lancet**, Londres, v. 386, n. 10007, p. 1973-2028, nov. 2015.

ZIMERMANN, Patricia. **Educomunicação socioambiental como política pública:** a mobilização cidadã no ecossistema Babitonga. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.